

resenha

SANDEL, MICHAEL J. CONTRA A PERFEIÇÃO: ÉTICA NA ERA DA ENGENHARIA GENÉTICA. TRADUÇÃO DE ANA CAROLINA MESQUITA. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2013.

Cecília de Sousa Neves¹

O ponto de partida da reflexão sobre as controvérsias em torno de temas como a pesquisa com células-tronco, clonagem e engenharia genética, remete-nos ao convite recebido por Michael J. Sandel para integrar o Conselho de Bioética criado pelo presidente George W. Bush no fim de 2001. Esse fato interessa, pois é no contexto de investigações bioéticas de amplo alcance, que poucos órgãos governamentais levam adiante, que surge a pesquisa que deu origem ao livro *Contra a perfeição: ética na era da engenharia genética*, publicado originalmente em 2007, e traduzido para o português e publicado no Brasil pela Editora Civilização Brasileira em 2013.

Pode-se dizer que o fio condutor que atravessa o livro é o esforço em articular o mal-estar moral persistente que a maioria de nós sentimos diante das várias modalidades de manipulação genética. Temos ou não razão para nos sentir perturbados, por exemplo, com a possibilidade de encomendar uma criança com traços genéticos específicos ou a possibilidade de clonar um filho que seja gêmeo idêntico do pai ou irmão que morreu tragicamente? Uma nova classe de problemas e um mal-estar inquietante parecem surgir face à promessa e ao dilema apresentados a um só tempo pelo desenvolvimento da genética. Trata-se de uma promessa, a saber, de que em breve seremos capazes de tratar e prevenir uma série de doenças debilitantes, mas também de um dilema, que instaura uma hesitação diante do fato de que tal recém-descoberto conhecimento pode franquear o acesso à manipulação de nossa própria natureza, a fim de nos tornarmos "melhores que a encomenda". Quando a ciência avança mais depressa que a compreensão moral, observa Sandel, os termos familiares dos discursos moral e político tornam-se incapazes de nos auxiliar a articular nossa inquietação diante do que há de errado na reengenhagem de nossa natureza. Por isso a revolução genômica

¹ Mestre em filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia. Contato: cecilianeves2003@yahoo.com.br.

induziu a uma espécie de “vertigem moral”. De forma que para compreender a ética do melhoramento, precisamos retomar questões apenas aparentemente superadas, tais como o estatuto moral da natureza e questões acerca da atitude adequada dos seres humanos em relação ao mundo “dado”. É com esse horizonte em mente que Michael Sandel se propõe a analisar os argumentos frequentemente reivindicados a favor e contra a intervenção genética, a fim de depurá-los de suas imprecisões. Isso nos conduz à questão nuclear do livro: O que há de realmente errado na manipulação genética de nossa natureza?

No primeiro capítulo, este procedimento do autor fica claro na análise de alguns casos específicos. O caso da clonagem da ovelha Dolly é citado por trazer consigo uma torrente de preocupações sobre a perspectiva da clonagem humana. Sandel mostra como os argumentos comumente mobilizados para criticá-la não alcançam seu núcleo problemático, tampouco são persuasivos. O primeiro argumento contra a clonagem baseia-se na concordância geral de que é um procedimento arriscado, havendo altas chances de se produzir crias com anormalidades e defeitos congênitos (a própria Dolly morreu prematuramente). Porém, se a ciência avançar de forma a equiparar o risco ao de uma gravidez normal, a clonagem ainda seria censurável? A pergunta, portanto, permanece sem resposta. O segundo argumento, de cunho liberal, condena a clonagem humana porque esse procedimento violaria o direito da criança à autonomia na escolha de um projeto de vida. Esse argumento não é persuasivo porque, em primeiro lugar, implica erroneamente que, na ausência de um progenitor projetista, as crianças sejam livres para escolher suas características físicas. Porém, o fato é que ninguém escolhe a própria herança genética. Em segundo lugar, a inquietação com a autonomia não explica nossa inquietação moral em relação às pessoas que usam terapias genéticas, isto é, modificam a própria estrutura intrínseca de si mesmas, não para fins medicinais, mas para erguerem-se acima da norma geral. Em seguida, Sandel mobiliza quatro aplicações inevitáveis da bioengenharia: melhoramento muscular e cognitivo, incremento da altura e seleção do sexo. O fato de todos eles começarem como uma tentativa de tratar uma doença ou prevenir um distúrbio genético e se converterem em um instrumento não medicinal de melhoramento e escolha de consumo, contribui para delinear um aspecto de importante relevância ética, pois abre uma chave de interpretação que pode nos auxiliar a desvendar a razão de nosso estranhamento moral face ao melhoramento genético, clonagem e engenharia genética. Se estas são consideradas práticas que ameaçam a dignidade humana, o problema relaciona-se não

apenas com os meios, mas com os fins almejados, isto é, com as atitudes e disposições que incitam o impulso pelo melhoramento.

A reflexão acerca da problemática em torno do melhoramento prossegue, no segundo capítulo, em que é relacionada ao uso de drogas e artimanhas genéticas no esporte. O problema dos "Atletas biônicos" possibilita a Sandel formular com mais precisão em que exatamente o melhoramento genético ameaçaria nossa humanidade. O apelo a drogas ou artimanhas genéticas parece atentar contra a ética do empenho, segundo a qual o valor de uma ação (ou de um atleta) é proporcional ao esforço (dedicação) mobilizado para sua realização. Porém, o verdadeiro problema dos atletas geneticamente modificados é que eles corrompem a competição esportiva no que ela possui de crucial, isto é, enquanto atividade humana que honra o cultivo e a exibição de talentos naturais. A reflexão sobre a legitimidade do melhoramento quando feita no registro dos esportes deve, portanto, partir da seguinte pergunta: o melhoramento genético aperfeiçoa ou distorce os talentos e habilidades dignas de admiração que um esporte, por exemplo, o golfe, foi criado para pôr à prova? Assim, o apelo às drogas e intervenção genética é perturbador porque distorce e sobrepuja os talentos naturais. Mas pode-se levantar a mesma objeção às inovações em equipamentos (como os aparelhos apóxicos), dietas megacalóricas, treinamentos específicos, já que todos produzem o mesmo efeito no desempenho e ameaçam a excelência e a integridade, ou seja, o *telos* de um esporte em questão. Portanto, o problema das tecnologias de melhoramento de desempenho é refletir uma aspiração prometeica de remodelar a natureza, de forma que ao submeter as potências e capacidades humanas ao nosso propósito desconsidera o aspecto de dádiva que existe nas potências e conquistas humanas como aspectos que nos ultrapassam e estão além de nosso controle. Assim, essas tecnologias violentam aquela instância do desempenho atlético e artístico que enaltece os talentos e dons naturais e que constitui a excelência nos esportes, assim como nas artes.

Também em relação aos filhos, a bioengenharia e melhoramento genético ameaçam expulsar a ética do talento. Aos filhos como dádiva, à experiência do amor incondicional, que independe de talentos e atributos, contrapõe-se os filhos como resultantes de um projeto guiado por nossa vontade e ambição. A análise da questão da projeção dos filhos, escopo do terceiro capítulo, reafirma a ideia de que a objeção moral ao melhoramento não reside tanto na perfeição que ele busca, mas sim na disposição humana que ele expressa e promove, a saber, a de um assalto prometeico àquilo que nos é dado. Sem dúvida, é tarefa dos pais promover a saúde dos filhos e dirigir seu

desenvolvimento, porém isso não significa convertê-los em produtos de sua vontade ou instrumentos de sua ambição. Embora para teóricos como Julian Savulescu, os pais não têm apenas o dever de promover a saúde dos filhos, mas também a "obrigação moral de modificá-los geneticamente" a fim de dar-lhes a "melhor oportunidade de ter uma vida melhor". Assim, a obrigação de melhorar nossos filhos complica o argumento contra o melhoramento. Porém, qual a diferença entre oferecer essa ajuda por meio da educação e disciplina e oferecê-la por meio do melhoramento genético? Para os defensores dessas tecnologias, em princípio, não existe diferença entre as duas práticas, porém, segundo Sandel, isso não justifica o melhoramento genético, apenas destaca o problema por trás da exigência de maximizar o desempenho para conquistar vantagem competitiva. Do ponto de vista moral não há muita diferença entre as tecnologias genéticas e práticas de educação dos filhos de baixa tecnologia e alta pressão, pois ambas respondem à mesma e problemática disposição dos pais projetistas que, absorvidos pela *hybris*, isto é, pelo impulso de controlar o mistério do nascimento e o desenvolvimento dos filhos, dispõem-se a moldá-los às exigências da sociedade competitiva. Ambas abandonam o sentido de dádiva da vida, aproximando-se de modo perturbador da eugenia.

A questão da eugenia é o objeto do quarto capítulo. Segundo o autor, a sombra da eugenia paira sobre todos os debates da atualidade acerca da engenharia e do melhoramento genético. Os críticos da engenharia genética argumentam que a clonagem humana, o melhoramento genético e a encomendação de crianças não passam de eugenia "privatizada" ou de "livre mercado". Já os defensores de uma nova "eugenia liberal", como Nicholas Agar, retrucam que as escolhas genéticas feitas livremente, isto é, de forma não coercitiva, não violam a autonomia da criança e por isso são moralmente aceitáveis. Difere, nesse sentido, da velha eugenia considerada repugnante porque comprometida com a produção de cidadãos a partir de um único molde de projeto centralizado. Para Sandel, no entanto, não há diferença moral entre projetar crianças segundo um propósito eugênico explícito ou segundo ditames do mercado, ambas as práticas são eugenistas, no sentido de que as duas transformam crianças em produtos de um projeto deliberadamente selecionado. Ainda que não prejudique a criança ou reduza sua autonomia, a eugenia é censurável porque expressa uma atitude de domínio diante daquilo que nos é dado, ao banir a contingência e dominar o nascimento corrompe a experiência da paternalidade, pois desvaloriza o caráter de dádiva da vida humana.

No quinto capítulo, intitulado "Domínio e talento", Sandel justifica por que é problemática a disposição nuclear expressada pela engenharia genética, a saber, o triunfo unilateral da intenção deliberada sobre o dado inato, em outras palavras, a vitória do domínio sobre a reverência. O núcleo de seu argumento se baseia na relação entre solidariedade e dádiva: um senso vívido da contingência de nossos dons (a consciência de que nenhum de nós é completamente responsável pelo próprio sucesso) impede que a sociedade descarrilhe para a arrogância meritocrática. Em outras palavras, a engenharia genética ao sobrepujar os resultados da loteria genética, substituindo o acaso pela escolha, ao suprimir a ideia de que nossa carga genética é uma dádiva, i.é., resultado da loteria genética, não uma conquista creditada a nós, dificultaria o cultivo dos sentimentos morais que a solidariedade social requer. Diante da objeção de que seu argumento contra o melhoramento é religioso demais, Sandel retruca que, ao contrário, a valorização do caráter de dádiva ou de santidade da natureza como algo além de meros instrumentos, pode surgir tanto de fontes religiosas, quanto seculares, de forma que o peso moral advindo dessa valorização não implica necessariamente que ela se apoie em um único quadro religioso ou metafísico. Em relação à crítica de que seu argumento não é convincente em termos consequencialistas, Sandel afirma que não é seu objetivo apoiar seu argumento contra o melhoramento em considerações consequencialistas, pelo menos não no sentido comum do termo. Seu objetivo é, antes, evidenciar que neste debate os riscos morais não estão totalmente apreendidos nas categorias familiares de autonomia e direitos, por um lado, nem no cálculo dos custos e benefícios por outro. O foco problemático não é o melhoramento como vício individual, mas como hábito mental e modo de vida, cujos riscos envolvem o destino dos bens humanos encarnados em importantes práticas sociais, bem como diz respeito à nossa orientação em relação ao mundo que habitamos e ao tipo de liberdade ao qual aspiramos. A tendência de modificar nossa natureza para nos encaixar numa sociedade competitiva, longe de constituir um exercício de liberdade é, na verdade, a forma mais profunda de enfraquecimento da autonomia. De forma que, é preciso antes criar arranjos políticos e sociais mais tolerantes com as dádivas e limitações dos seres humanos imperfeitos.

A grande contribuição do livro de Michael Sandel consiste, portanto, em nos fornecer uma lúcida reflexão acerca do que há de realmente problemático na autoimagem prometeica e irrefletida de nossa era face às promessas apresentadas pelo melhoramento genético, clonagem e engenharia genética. Desvestindo os argumentos de

superfície que não alcançam esse núcleo problemático, o autor promove um maior entendimento e a articulação dos termos de nosso mal-estar moral que encontra sua expressão máxima diante das tecnologias genéticas. Sandel lança luz, assim, aos significados e implicações envolvidos na disposição prometeica subjacente às práticas de manipulação de nossa natureza, obscurecidos pelo fascínio provocado pelas promessas dessas tecnologias, assim como pela inabilidade de nosso vocabulário moral que não nos equipou para abordar os novos temas e questões colocadas pela era da engenharia genética. Mais conscientes e bem informados acerca do que está em jogo, isto é, a ameaça da valorização da vida como dádiva, a pergunta crucial que o livro deixa ressoar é: Queremos viver em uma cultura orientada pela decisão de subjugar o mundo e nos tornarmos mestres de nossa própria natureza?